



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nº da proposição
00282/2023

Data de autuação
27/02/2023

Assunto principal: PROPOSIÇÕES
Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

Ementa:

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COMISSÃO DE TRAB. ADM. E SERVIÇO PÚBLICO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE LEI
Descrição:	TORNA OBRIGATÓRIA A COMUNICAÇÃO DE CASOS SUSPEITOS DE MAUS TRATOS		
Autor:	100012 - DEPUTADO ALCIDES FERNANDES		
Usuário assinator:	100012 - DEPUTADO ALCIDES FERNANDES		
Data da criação:	24/02/2023 14:28:40	Data da assinatura:	24/02/2023 14:28:48



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

AUTOR: DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

PROJETO DE LEI
24/02/2023

**TORNA OBRIGATÓRIA A COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO
DOS CASOS ATENDIDOS PELAS REDES PÚBLICAS E PRIVADAS DE
SAUDE ONDE HAJAM INDICATIVOS DE MAUS TRATOS A IDOSOS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º. Os hospitais, clínicas e postos de saúde que compõem a rede pública ou privada de saúde no Estado do Ceará, ficam obrigados a fazer imediata comunicação formal, via ofício ao Ministério Público, de casos atendidos que apresentem qualquer vestígio de maus-tratos contra a pessoa idosa.

§ 1º. Na comunicação ao Ministério Público, deverão conter os seguintes dados:

- I - Nome completo da vítima atendida;
- II - Endereço completo da vítima;
- III - Identificação do acompanhante da vítima;
- IV - Cópia detalhada do boletim médico.
- V - Breve relato dos indícios apurados no atendimento;

Art. 2º. Em caso de descumprimento da presente Lei, o estabelecimento e o responsável pelo estabelecimento estarão sujeitos as penalidades criminais e cíveis cabíveis;

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

O projeto de lei em questão visa que, hospitais, clínicas e postos de saúde que compõem a rede pública e privada, comuniquem formalmente ao Ministério Público, casos de vestígios de maus-tratos contra a pessoa idosa.

A violência contra qualquer indivíduo, por si, já se trata como uma ação indesejável, e, ser cometida em desfavor de quem tenha a reduzida capacidade de defesa, como no caso, pessoa idosa, é repugnante. São principalmente esses, dignos do dever de cuidado.

A Organização Mundial de Saúde nos diz que a violência contra a pessoa idosa é "um ato único ou repetido, ou falta de ação apropriada, ocorrendo em qualquer relacionamento onde exista uma expectativa de confiança, que cause dano ou sofrimentos a uma pessoa idosa". Infelizmente, o ato violento também ocorre no próprio âmbito familiar ou doméstico.

Nossa Constituição Federal nos diz, em seu art. 230, a função do Estado em prol dessa população, veja-se:

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Nossa Constituição Estadual, no mesmo sentido, nos diz:

Art. 225 - O Estado promoverá condições que assegurem amparo à pessoa idosa, no que respeite à sua dignidade e ao seu bem-estar.

Trazida a baila a função desse poder, no trato a pessoa idosa, conclamo os nobres colegas de casa para a aprovação do presente projeto de lei.

A handwritten signature in blue ink, reading "Alcides Fernandes". The signature is fluid and cursive, with the first name "Alcides" being more prominent than the last name "Fernandes".

DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

DEPUTADO (A)